Processo n º: 10665.001258/91-10

Recurso nº: 102.682

Matéria : PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO IRPJ Ex.1990

Recorrente: GRÁFICA SIDIL LTDA.
Recorrida: DRF EM DIVINÓPOLIS/MG

Sessão : 15 de Abril de 1997

Acórdão nº: 107-04.031

IRPJ - NORMAS PROCESSUAIS - RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO - DESISTÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE LITÍGIO - Desistindo o contribuinte, na fase recursal, do pedido de retificação da declaração de rendas, encerra-se o processo administrativo por falta de litígio a ser apreciado.

Vistos relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GRÁFICA SIDIL LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por desistência da parte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ PRESIDENTE

NATANAEL MARTINS
RELATOR

FORMALIZADO EM: 73 JUN 1997'

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ, CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES e RUBENS MACHADO NUNES (SUPLENTE CONVOCADO). Ausente, Justificadamente, o Conselheiro, MAURÍLIO LEOPOLDO SCHMITT.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10665.001258/91-10

Acórdão nº: 107-04.031 Recurso nº: 102.682

Recorrente: GRÁFICA SIDIL LTDA

RELATÓRIO

Trata-se de processo retornando à pauta após o cumprimento da diligência requerida pela Resolução nº 107-0.029, cujo relatório e voto, lido em plenário, integram o presente feito.

É o relatório.



Processo nº: 10665.001258/91-10

Acórdão nº: 107-04031

VOTO

Conselheiro - NATANAEL MATINS - Relator

A recorrente, em resposta aos termos da intimação da DRF em Divinópolis, que mandava que comprovasse o faturamento que justificaria a retificação da declaração de renda proposta, assim se pronunciou:

"Gráfica Sidil Ltda., vem mui respeitosamente, em atenção a intimação de nº 001/96, esclarecer que não estão corretos os dados da declaração retificadora de 1989, prevalecendo portanto os da primeira declaração prestada. Informamos outrossim que não dispomos da documentação solicitada referente ao mesmo período, uma vez que já se operou o lapso de tempo para decadência da mesma." (fls. 40)

Nesses termos, inexistindo litígio a ser apreciado, em face da expressa desistência da recorrente ao feito, deixamos de apreciar as razões do recurso..

É como voto.

Sala das Sessões - DF, 15 de abril de 1997.

NATANAEL MARTINS